

## 1945-1959 O pós-guerra e o início da aventura europeia

**Source:** Maria Fernanda Rollo, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Av. de Berna, 26-C 1069-061 Lisboa. [www.fcsh.unl.pt](http://www.fcsh.unl.pt).

**Copyright:** (c) Pr. Fernanda Rollo

**URL:** [http://www.cvce.eu/obj/1945\\_1959\\_O\\_pos\\_guerra\\_e\\_o\\_inicio\\_da\\_aventura\\_europeia-pt-aff6ec21-3530-4bbf-bb5f-d486bb55d4f3.html](http://www.cvce.eu/obj/1945_1959_O_pos_guerra_e_o_inicio_da_aventura_europeia-pt-aff6ec21-3530-4bbf-bb5f-d486bb55d4f3.html)

**Publication date:** 13/08/2011

## 1945-1959 O pós-guerra e o início da aventura europeia

### 1945-1949

Ano	Mês	Dia	Internacional	Portugal_Contexto_texto	Portugal_Cooperação
1945	05	08	Fim da II Guerra Mundial na Europa. Assinatura, em Berlim, do acto definitivo de capitulação do Alto Comando alemão.	<p>Manifestações da vitória em Lisboa.</p> <p>A Assembleia Nacional, reunida em sessão extraordinária, exprime o seu regozijo pelo fim da Guerra na Europa. Oliveira Salazar discursa, "No Fim da Guerra", sobre a situação internacional: "Bendigamos a paz! Bendigamos a vitória!"</p> <p>No dia seguinte, João António de Bianchi, embaixador de Portugal em Washington, apresenta, em nome do Estado Português, a sua satisfação pela cessação das hostilidades, exprimindo a admiração que Portugal nutre pelos esforços americanos dispendidos nesse sentido.</p> <p>Nas principais cidades do País ocorrem manifestações espontâneas festejando a vitória dos Aliados.</p> <p>Personalidades ligadas à Oposição começam, desde logo, a procurar apoio junto dos governos das potências aliadas, alertando-os para a necessidade de pôr termo ao regime salazarista e restabelecer as liberdades democráticas.</p>	
1945	10	06		Anúncio da dissolução da Assembleia Nacional e marcação de eleições legislativas para 18 de Novembro.	
1945	10	08		Constituição do MUD, Movimento de Unidade Democrática, na histórica reunião da oposição realizada no Centro Almirante Reis com	

				a autorização do Governo.	
194 5	10	16	Criação da FAO - Organização da Alimentação e Agricultura das Nações Unidas.		;
194 5	10	17		O Presidente da República, Óscar Carmona, reafirma, a uma delegação do MUD, que o Governo não está disposto a atender às suas reclamações, nomeadamente, no que se refere ao adiamento por seis meses das eleições legislativas. Reiterando a vontade de concorrer às eleições os responsáveis do MUD recorrem para o Supremo Tribunal Administrativo. Inicia-se a organização de listas para recolha de assinaturas de apoio à Oposição.	
194 5	10	22		A PVDE - Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, passa a designar-se PIDE - Polícia Internacional para a Defesa do Estado.	
194 5	10	26		Devido ao dinamismo patenteado pela Oposição, Oliveira Salazar resolve assumir a direcção efectiva da campanha do Governo e da União Nacional para as eleições legislativas de Novembro.	
194 5	11	01		O Governo ordena a apreensão das listas de apoio às posições do MUD, a pretexto de alegadas irregularidades ocorridas na recolha das assinaturas.	
194 5	11	11	Criação da UNESCO (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization) em Paris.	O MUD apela à abstenção nas eleições legislativas, por considerar que não estão reunidas condições para que o acto eleitoral decorra com um mínimo de isenção.	
194 5	11	18		Eleições legislativas. A União Nacional elege os seus 120	

				candidatos. A percentagem de eleitores recenseados não ultrapassa 12% do total da população.	
1946	01	10	Abertura da primeira sessão da Assembleia Geral da ONU, em Londres. Paul-Henry Spaak, ministro dos Negócios Estrangeiros belga, é nomeado presidente da Assembleia.		
1946	02	23		"Ideias Falsas e Palavras Vãs (Reflexões sobre o último acto eleitoral)": discurso de Oliveira Salazar proferido na reunião das comissões dirigentes da União Nacional, realizada numa sala da Biblioteca da Assembleia Nacional: "Dentro ou fora das Nações Unidas a nossa política externa não tem senão de seguir ao lado dos tradicionais imperativos históricos e geográficos as claras indicações do conflito".	
1946	03	05	Discurso de Winston Churchill em Fulton (USA): "de Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro se abateu sobre o continente".		
1946	04	03	Tem início em Londres a Conferência Internacional dos Cereais, na qual a U.R.S.S. se recusou a participar.	Na Conferência sobre o abastecimento de cereais na Europa, o ministro da Economia, Supico Pinto, diz que o Governo português tomará medidas enérgicas para utilizar da melhor forma os stocks de trigo existentes. Manifesta o seu receio quanto às restrições alimentares já postas em execução em Portugal e a sua dependência da importação de cereais até à próxima colheita.	
1946	04	03		É lançada a campanha "Produzir e Poupar", através da nota do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, publicada nos jornais.	

194 6	08	03	<p>O Governo português apresenta por telegrama, em Nova Iorque, o pedido de adesão do País à ONU. O pedido foi anunciado à imprensa no dia seguinte pelo embaixador João Bianchi. O MUD divulga dois comunicados sobre este pedido: "O MUD perante a admissão de Portugal nas Nações Unidas" e "Portugal fora das Nações Unidas". Os signatários foram presos pela PIDE.</p> <p>No mês seguinte, a URSS veta a entrada de Portugal na ONU.</p>
194 6	08	11	<p>Na Presidência do Conselho é recebido o seguinte telegrama enviado por La Guardia, presidente da UNRRA, a Oliveira Salazar: "Em nome não só da UNRRA, mas também dos povos desamparados da Europa e da Ásia, aos quais o Governo trouxe auxílio e alívio, desejo expressar a V. Ex.<sup>a</sup> e por intermédio de V. Ex.<sup>a</sup> ao povo de Portugal a minha sincera gratidão pelo contributo português para a UNRRA prometido ao sr. Sayre, quando a sua recente visita a Lisboa, a quem V. Ex.<sup>a</sup> uma vez mais demonstrou os impulsos generosos e a útil cooperação do povo português na grande causa da Humanidade."</p>
194 6	09	04	<p>A União Soviética veta a entrada de Portugal na ONU. Salazar faz difundir em Lisboa, a 4 de Setembro de 1946, uma nota oficiosa: fora a pedido da Inglaterra e dos EU que havia sido solicitada a admissão de Portugal. "Portugal e as Nações Unidas (ONU)", Nota</p>

				Oficiosa publicada nos jornais de 4 de Setembro de 1946.	
194 6	10	10		Revolta da Mealhada. Tentativa de insurreição militar contra o regime. A única unidade que saiu dos quartéis, o Regimento de Cavalaria 6, do Porto, rende-se perto da Mealhada.	
194 7	01	07	Demissão de James Byrnes do cargo de Secretário de Estado. O general George Marshall antigo chefe do Estado Maior americano, é o novo Secretário de Estado dos EUA.		
194 7	02	04		Remodelação governamental, traduzindo um equilíbrio entre as duas principais famílias políticas do Regime, a ala "conservadora", afecta a Santos Costa, e a ala "reformista" conotada com Marcelo Caetano. José Caeiro da Matta assume o Ministério dos Negócios Estrangeiros. José Frederico do Casal Ribeiro Ulrich é nomeado ministro das Obras Públicas e Comunicações. Daniel Barbosa é empossado ministro da Economia; será com a sua política de estabilização, que irá terminar a economia de guerra.	
194 7	03	12	Anúncio da "Doutrina Truman". Sob proposta de Harry Truman, o Congresso acorda 400 milhões de dólares à Grécia e à Turquia para ajudar estes países no combate ao comunismo.		
194 7	06	05	Discurso de George Marshall em Harvard. O Secretário de Estado dos EUA anuncia ser intenção do seu Governo apoiar os países europeus na sua obra de recuperação		

			económica se estes acordarem na realização de um programa concertado entre si e com os EUA.		
1947	06	06	Os ministros dos Negócios Estrangeiros de França (Georges Bidault) e Inglaterra (Ernest Bevin) dirigem ao seu homólogo russo (Molotov) um convite para tomar parte nas discussões preliminares com vista à elaboração de um plano que desse satisfação às propostas de George Marshall.		
1947	06	18		O Diário do Governo publica uma lista dos funcionários civis e militares envolvidos na revolta de 10 de Abril de 1947, e dos professores universitários que se manifestaram contra a carga policial da Faculdade de Medicina: muitos são detidos (principalmente os militares), outros exonerados dos cargos que ocupam (os professores universitários).	
1947	06	20	Tem início a visita que mais de 160 membros do Senado e da Camara dos Representantes, dos Estados Unidos, fizeram pela Europa durante o Verão e o Outono de 1947, quase todos eles em missão oficial como membros de comités de investigação autorizados pelo Congresso no sentido de avaliar a situação dos países europeus.		
1947	06	21			Pedro Teotónio Pereira, embaixador de Portugal em Washington, é instruído para entregar ao governo dos EUA uma nota na qual o Governo Português anuncia dar o "seu apoio ao Plano Marshall na medida das suas possibilidades."
1947	06	27	27 de Junho a 2 de Julho. Na		

7			<p>sequência do convite franco-britânico à URSS, realiza-se uma conferência dos três ministros em Paris.</p> <p>Molotov recusa a oferta americana, declarando-a incompatível com a independência económica e a soberania dos Estados; na sua perspectiva, cada país deveria limitar-se a declarar as suas necessidades em dólares à Comissão Económica das Nações Unidas.</p>		
194 7	07	03	<p>Os ministros francês e inglês dirigem um convite aos restantes países europeus, com excepção da Espanha, para a realização de uma conferência onde se desse corpo ao plano que a sugestão de Marshall reclamava.</p>		Portugal é convidado a participar na 2ª Conferência de Paris.
194 7	07	12	<p>12 a 15 de Julho, Conferência de Paris. Dezas seis nações, 48 delegados, reúnem-se em Paris a fim de analisar a proposta Marshall.</p> <p>A Checoslováquia, que inicialmente aceitara o convite franco-britânico não se apresenta na Conferência.</p> <p>Constitui-se uma Comissão de Cooperação Económica Europeia, encarregada de elaborar um programa de reconstrução da Europa utilizando o auxílio americano, uma comissão executiva e quatro comissões técnicas - Alimentos e Agricultura, Ferro e Aço, Combustível e Força Motriz, Transportes. Portugal ficou representado na Comissão central, como todos os participantes, e na Comissão dos Transportes.</p>		
194 7	07	14			Augusto de Castro, ministro de Portugal em França e chefe,



				<p>interino, da delegação portuguesa à Conferência da Cooperação Económica Europeia, disse aos jornalistas, que embora Portugal não precise de créditos, necessitará de equipamento industrial. Exprimindo a adesão incondicional de Portugal aos princípios da declaração de Secretário de Estado Marshall, de 5 de Junho, Augusto de Castro disse: "O Governo Português não pode deixar de seguir a iniciativa franco-britânica, sem qualquer hesitação tanto mais que as ideias de Marshall concordam plenamente com o conceito e as práticas que animaram Portugal a auxiliar a reconstrução económica da Europa, dentro dos seus recursos".</p>
194 7	08	27		<p>Parecer do ministro das Finanças, João Pinto da Costa Leite Lumbrals, determinante para a decisão oficial portuguesa de declinar o auxílio financeiro Marshall e esclarecer a posição de Portugal na CCEE, impondo alterações e reajustamentos nas instruções que vinham sendo veiculadas a partir de Lisboa e transmitidas em Paris.</p>
194 7	09	22	Assinatura, em Paris, do Relatório Geral elaborado pelas 16 nações europeias.	<p>Caeiro da Mata, Ministro dos Negócios Estrangeiros, profere um discurso em que divulga que Portugal decidira declinar a utilização do auxílio financeiro americano.</p>
194 7	10	09		<p>Visita a Portugal de Senadores e membros da Câmara dos Representantes dos EUA, no quadro dos comités de investigação para o Plano Marshall que, autorizados pelo</p>

					Congresso americano, viajaram por toda a Europa em Missão oficial durante o Verão e Outono de 1947.
1947	11	18	Assinatura do primeiro Acordo de Pagamentos e de Compensações entre os países europeus.		
1947	11	25	25 de Novembro a 18 de Dezembro. A Conferência dos Quatro em Londres evoca uma "última chance" mas acaba sem resultado positivo. Fim do Directório das potências aliadas. Atmosfera de pessimismo.		"Miséria e Medo" - discurso proferido por Oliveira Salazar numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional. 25 de Novembro de 1947 "Miséria e Medo" - discurso proferido por Oliveira Salazar numa sala da biblioteca da Assembleia Nacional.
1948				Deterioração acentuada da situação financeira e cambial portuguesa. A balança de pagamentos portuguesa, que exibira um superavit de 4543 milhões de escudos em 1942, desceu para 509 em 1946 e registou um saldo negativo de 2970 milhões de escudos em 1947.	
1948	01	27			O Conselho de Ministros decide rejeitar o Plano Marshall.
1948	02	02		Assinatura de um acordo entre o Governo português e o Governo dos EUA do Norte, concedendo às forças militares deste país facilidades nos Açores.	
1948	02	04			Na Assembleia Nacional, o Deputado Águedo de Oliveira refere-se à situação económica internacional e ao Plano Marshall.
1948	02	21	21 a 25 de Fevereiro. Golpe de Praga.		
1948	03	15	Reunião do Conselho dos Dezasseis em Paris. Organização definitiva do programa de reconstrução económica.		Discurso de Caeiro da Matta na Conferência de Paris, presidida por Bevin. Na Assembleia Nacional, o Deputado Águedo de Oliveira

					requer várias informações, pelo Ministério da Economia, sobre reuniões internacionais a que assistiram delegados portugueses.
1948	03	17	O Pacto de Bruxelas, de defesa mútua, é assinado entre a França, a Grã-Bretanha e os Estados da Benelux, criando a União da Europa Ocidental. O Presidente Truman promete o apoio americano.		
1948	04	03	USA. O Congresso vota a Lei da Cooperação Económica, acedendo conceder à Europa uma ajuda financeira de 5 biliões de dólares para o primeiro dos quatro anos previstos pelo programa de reconstrução europeia. A lei 1948 de ajuda americana ao estrangeiro incluía quatro rubricas: 1. A "lei do Plano Marshall" (Acto de Cooperacao Economica, ECA), cujo objectivo é contribuir na reconstrução da Europa danificada pela guerra, a fim de favorecer uma paz e um bem-estar económico duráveis. Um crédito de 4,3 biliões de dólares e atribuído ao fornecimento de bens económicos ao qual se junta um bilião de dólares de créditos; 2. A lei de ajuda à infância coloca 60 milhões de dólares à disposição do fundo das Nações Unidas para a Infância; 3. A ajuda à Grécia e a Turquia representa 275 milhões de dólares suplementares; 4. O sustento a China monta a 338 milhões de dólares.		
1948	04	05	É anunciado que já se encontram a caminho as primeiras remessas de		

			mercadorias americanas a fornecer à Europa ao abrigo do Plano Marshall.		
1948	04	16	É assinada, em Paris, a Convenção Económica Europeia e seus Protocolos I e II, criando a Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). São signatários: Áustria, Bélgica, Dinamarca, França, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Holanda, Portugal, Reino Unido, Suécia, Suíça e Turquia. Paul-Henry Spaak (belga) é eleito presidente do Conselho da OECE e Robert Marjolin (francês) é nomeado seu Secretário-Geral.		Portugal é membro fundador.
1948	05	07	7 a 10 de Maio - Congresso de Haia; fundação do Movimento Europeu. Congresso europeu realizado em Haia com a participação de 750 personalidades europeias proeminentes. O 'Congresso da Europa', reunido sob a presidência de honra de Winston Churchill, teve o mérito de estabelecer um espécie de programa mínimo da organização europeia, enunciar os objectivos gerais que a deveriam orientar e sugerir alguns meios de alcançar a sua realização.		
1948	07	03			Início das negociações para transferência do crédito sobre a Inglaterra para os Estados Unidos ao abrigo do Plano Marshall.
1948	07	07			George Marshall informa a Embaixada dos EUA em Portugal da impossibilidade dos EUA ou da ECA transferirem crédito de esterlinos por dólares,

					deixando claro que a assistência ECA a Portugal só seria possível nos termos convencionais, que de resto, se afigurava muito difícil dado os limitados fundos da ECA e a urgente necessidade de outros países em dólares.
194 8	07	09		O general Norton de Matos anuncia a sua candidatura à Presidência da República.	
194 8	08	25			Data do despacho do Conselho de Ministros para o Comércio Externo que cria a Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia (CTCEE) e define as suas atribuições. Constitui a primeira peça de ajustamento da administração pública portuguesa aos imperativos da ajuda Marshall, tendo ficado a funcionar junto do Instituto Nacional de Estatística. Araújo Correia será o primeiro presidente da Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia.
194 8	09	27			O Governo português, manifesta informalmente a sua intenção de solicitar o auxílio financeiro Marshall para Portugal: "(...) Guerra, Portuguese representative OEEC council, advised us informally September 27 Portuguese economic situation had deteriorated in recent months so that Portugal now required ECA aid. He had been instructed by Lisbon to sound out possibilities of allocation of indirect aid, i.e. drawing rights, for 1948/49. We advised this a matter for OEEC consideration and recommendation prior to ECA decision and Guerra

					recognized impossibility of reopening allocations issue now. He made it clear Portugal would request aid in 1949/50." (WNRC, RG469-Records of US Foreign Assistance Agencies,1948-61, Director of Administration/Geographic Files-1948-53 Box 275).
1948	09	28			Assinatura, em Lisboa, do Acordo Bilateral entre Portugal e os EUA. Caeiro da Matta discursa no acto da assinatura do acordo comercial, no Palácio das Necessidades.
1948	10	16	Adopção do programa de reconstrução para o primeiro ano (1948-1949). Assinatura do Acordo de Pagamentos e de Compensações entre os países europeus para 1948-49.	Remodelação ministerial. António Júlio de Castro Fernandes substitui Daniel Barbosa na pasta da Economia. Este pedira demissão em virtude das acusações de que é alvo em círculos governamentais. Castro Fernandes mantém-se no cargo até 2 de Agosto de 1950.	Portugal assina o Acordo de Pagamentos e de Compensações entre os países europeus para 1948-49.
1948	10	25	É criado, em Bruxelas, o Movimento Europeu. Na sequência das resoluções do Congresso de Haia (7 a 10 de Maio de 1948) o Comité de ligação (Novembro 1947) é transformado em Movimento europeu, ao qual aderiram todos os movimentos europeus à excepção da União parlamentar europeia (cuja adesão só se verificou em 1952 quando Coudenhove-Kalergi decidiu transformá-la em Conselho parlamentar do Movimento Europeu). O Movimento ficou sob a presidência de honra de Winston Churchill, Leon Blum (ao qual sucedera Robert Schuman), Paul-Henri Spaak, Alcide de Gasperi.		

			Pretendendo-se supra tendencias politicas, organizou-se com um conselho nacional em cada país, agrupando os representantes nacionais dos diversos movimentos, e um conselho internacional encarregue de definir a sua linha geral de conduta.		
194 8	11	17			Parte para Paris a delegação, chefiada pelo Presidente da CTCEE, a fim de apresentar e discutir o "Programa Económico Português" na OECE. O plano foi elaborado em Setembro de 1948, aprovado em Conselho de Ministros em Novembro e apresentado e defendido no mesmo mês na OECE, que determinou a sua revisão. O programa foi sujeito a uma revisão bastante significativa, marcando uma alteração importante quanto aos objectivos económicos a prosseguir nos anos seguintes.
194 9	01	07	O general George Marshall, Secretário de Estado, e Robert Lovett, subsecretário de Estado, apresentam a sua demissão ao presidente Truman. Dean Acheson é nomeado novo Secretário de Estado.		
194 9	01	20	Os Estados Unidos anunciam o "Ponto IV" do programa de auxilio, sobre a ajuda aos países sub-desenvolvidos.		
194 9	01	29	Criação, em Moscovo, do Conselho de Assistência económica mútua (COMECON) (URSS, Bulgária, Hungria, Polónia, Roménia e Checoslováquia).		
194	02	14			É publicado o Portugal

9					Country Study, documento elaborado pela Economic Cooperation Administration (ECA) destinado a apreciar a situação da economia portuguesa e subsequentemente analisar as possibilidades de atribuição de ajuda do European Recovery Program (ERP) a Portugal. Como contraproposta aos 106 milhões de dólares solicitados para o primeiro ano, a ECA sugere que sejam atribuídos a Portugal 10 milhões de dólares.
1949	02	17	O Conselho da OECE cria um Grupo Consultivo de Ministros destinado a assistir o Presidente do Conselho na apreciação das questões mais importantes que se coloquem à organização. O Conselho onde apenas 7 países se encontrem representados e presidido por Paul Henry Spaak.		
1949	03	16			A Administração de Cooperação Económica declara a atribuição do montante de 10 milhões de dólares a Portugal.
1949	03	26	O Conselho da OECE adopta as propostas do Grupo Consultivo, nomeadamente o Plano de Acção para 1949-50.	É criado o Fundo de Fomento Nacional (decreto-lei nº 37 354).	
1949	04	04	Assinatura do Pacto do Atlântico em Washington por doze Estados litorais criando a Organização do Tratado do Atlântico Norte.	Portugal é um dos membros fundadores.	
1949	04	05		O ministro da Economia discursa sobre a situação económica nacional e a política a adoptar dado o agravamento do defice das contas externas após 1944.	
1949	05	05	Assinatura do Estatuto do Conselho da Europa, em Londres, compreendendo 10		



			estados membros, os cinco membros do Pacto de Bruxelas, Itália, Irlanda, Dinamarca, Noruega e Suécia.		
1949	06	07			Em Conselho de Ministros, Oliveira Salazar declara que a situação económica e financeira do País é gravíssima. Dos créditos solicitados ao abrigo do Plano Marshall (60 a 100 milhões de dólares), somente serão concedidos cerca de 10 milhões. Na emergência propõe o aumento do adicional sobre algumas importações, aumento dos impostos sobre alguns produtos industriais, contenção de gastos na administração pública.
1949	07				Portugal apresenta na OECE a revisão do seu programa para 1949-50 demonstrando a deterioração crescente de que vinha sendo objecto a economia portuguesa.
1949	09	01	A OECE divulga o relatório sobre a repartição do auxílio norte-americano, directo e direitos de saque, aos diferentes países membros, a conceder no ano 1949-50.		
1949	09	02		É criado o Fundo de Fomento à Exportação, com a finalidade exclusiva de promover o desenvolvimento da exportação dos produtos nacionais (decreto n.º 37 538).	
1949	09	07	Assinatura do Acordo de Pagamentos e de Compensações entre os países europeus para 1949-50.		
1949	09	10			Toma posse a Comissão nomeada pelo ministro da Economia, Castro Fernandes, que deverá no âmbito do Plano Marshall proceder ao estudo dos equipamentos agrícolas e

					industriais integrada na CTCEE.
1949	10	13	A OECE revela terem sido estabelecidas reduções nas propostas de auxílio aos países europeus em 1949-50, com o objectivo de se constituir um fundo de reserva no valor de 150 milhões de dólares.		Portugal receberá 31,5 milhões de dólares a título de ajuda directa, ao abrigo do auxílio Marshall, e não os 33 milhões inicialmente indicados.
1949	11	24			Chega a Lisboa Averrel Harriman, embaixador especial do Governo norte-americano junto dos 18 países participantes do ERP. Harriman manteve uma entrevista com Salazar durante hora e meia, em que também esteve presente o Rui Teixeira Guerra, delegado Permanente de Portugal em Paris. No dia seguinte, em declarações à imprensa, Averell Harriman refere-se às vantagens que Portugal poderá colher do auxílio financeiro norte americano para a Europa.

## 1950-1954

Ano	Mês	Dia	Internacional	Portugal_Contexto_texto	Portugal_Cooperação
1950	01	05			Portugal é autorizado a comprar 15 000 toneladas de trigo no valor de 1 035 000 dólares ao abrigo do Plano Marshall.
1950	01	23	Os MNE dos cinco países da Europa Ocidental, reúnem-se em Paris a fim de discutir o projecto de União Económica e Monetária Europeia.		
1950	01	25	O Movimento Europeu, presidido por Winston Churchill, pede ao Conselho da Europa a criação duma União Europeia com autoridade política própria.		
1950	02				É recebida, nos últimos dias de Fevereiro, a comunicação da primeira autorização de compra emanada da Economic Cooperation Administration.
1950	02	22			Paul Hoffman, director geral da Administração de Cooperação Económica, declara aos jornalistas que Portugal irá receber 23 500 000 dólares pelo Plano Marshall, sendo 1 930 000 para equipamento industrial e mineiro.
1950	03	24			O Governo é autorizado, para utilização da quota atribuída a Portugal no plano de ajuda americana a Europa para 1949-1950, a contratar, com a entidade designada pela ECA, empréstimos até ao montante de 27,5 milhões de dólares ou seu contravalor em escudos (decreto-lei nº 37 792).
1950	04	24			Chega a Lisboa o primeiro carregamento de trigo de cerca de 3 mil toneladas de trigo, tractores, automóveis ligeiros, incluindo demais carga,

					proporcionado a Portugal no âmbito do plano Marshall.
1950	04	28			Chega a Portugal o segundo carregamento de bens e material Marshall, entre os quais 10 000 toneladas de trigo.
1950	05	09	Paris. Robert Schuman, ministro dos Negócios Estrangeiros francês, profere um discurso 'inspirado por Jean Monnet' em que propõe colocar em comum os recursos de carvão e de aço entre a França e a Alemanha, através da criação de uma organização aberta aos outros países da Europa. A criação duma Comunidade do Carvão e do Aço (CECA) entre a França e a Alemanha, e outros países interessados. A 2 de Junho a Grã-Bretanha recusa juntar-se ao projecto. A 20 de Junho abre uma Conferência em Paris para estudar o projecto.		
1950	05	28		Discurso de Oliveira Salazar na comemoração do 240 aniversário da Revolução Nacional.	
1950	06	25	Início da guerra da Coreia.		
1950	06	30			É publicado na imprensa o balanço do primeiro ano de utilização da ajuda Marshall a Portugal.
1950	07	10			Chegam a Portugal cerca de sessenta estudantes da Universidade do Vermont, chefiados pelo professor George C. Grosscup "Os estudantes que vêm de vinte e dois estados da América do Norte, estudarão nesta viagem os problemas da Europa, inclusive a forma como opera o Plano Marshall nos países nele participantes."

1950	08	02		Remodelação governamental. São nomeados: Águedo de Oliveira, Ministro das Finanças; Ulisses Cortês, Ministro da Economia Paulo Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros.	
1950	08	03			É criado o Fundo de Fomento Nacional. Pelo Despacho, de 3 de Agosto de 1950, fica determinado que a superintendência sobre a Comissão Técnica de Cooperação Económica Europeia e sobre o Fundo de Fomento Nacional passe para a dependência do Presidente do Conselho.
1950	08	12	Winston Churchill propõe, no Conselho da Europa, a criação de um Exército europeu.		
1950	09	19	Os 18 países participantes da OECE assinam em Paris um acordo que institui a União Europeia de Pagamentos (UEP), destinada a multilateralizar o sistema de pagamentos intraeuropeus.		O Gabinete do Ministro da Presidência faz publicar a seguinte nota: "Assinou-se em Paris o acordo para a União Europeia de Pagamentos de que Portugal é associado como participante na Organização de Cooperação Económica. Enaltece-se a importância daquele acto, porque além de constituir prova bastante significativa do espírito de cooperação que anima os países da Europa Ocidental - cooperação aliás que o nosso País tem preconizado e de que tem dado insofismáveis provas -, a União vem facilitar enormemente as liquidações monetárias intra-europeias e concorrer, concomitantemnet, para a intensificação das permutas". "
1950	10	07	Paris. René Pléven propõe a criação duma Comunidade Europeia de Defesa (CED).		

195 0	11	05			<p>A Emissora Nacional inicia a transmissão de uma série de programas de natureza musical através do qual se procura dar a conhecer aos vários países da Europa e da América, não só a música de cada um deles, mas os progressos feitos em matéria de recuperação económica.</p> <p>Uma das séries mais divulgada, e de carácter mais popular, chamada "Eis a Europa", é transmitida semanalmente sendo os programas dedicados a cada um dos países da Europa.</p> <p>A adaptação dos programas a Portugal era assegurada por Fernando Pessa.</p>
195 1	01	05			Acordo de Auxílio Mútuo para a Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.
195 1	01	11			Ralph Strauss, director da secção de promoção de exportações da ECA em Paris, visita Portugal para avaliar as possibilidades de maiores exportações portuguesas para a América do Norte.
195 1	01	21		Inauguração da barragem de Castelo do Bode, simbolizando o arranque da produção hidroeléctrica nacional.	
195 1	03	08	A Alemanha Ocidental é admitida no Conselho da Europa, em Estrasburgo.		
195 1	04	18	Constituição da CECA, pelo Tratado de Paris. Assinatura, em Paris, do tratado que institui a CECA, entre os seis países França, Alemanha, Itália e países do Benelux; o Luxemburgo torna-se sede da Alta Autoridade. O Tratado foi celebrado por 50 anos a partir da data da entrada em vigor.	Morre o Presidente da República Óscar Fragoso Carmona.	
195	06	01		A Comissão Central da União	

1				<p>Nacional aprova o nome do general Craveiro Lopes para candidato à Presidência da República.</p> <p>Dois dias depois são anunciadas as candidaturas da Oposição: Quintão Meireles, que reúne o apoio dos sectores mais moderados (Cunha Leal, Azevedo Gomes, António Sérgio, Henrique Galvão), e Rui Luís Gomes, (apoiado pelo MND).</p>	
195 06 11 1				<p>O Presidente do Conselho promulga a lei de revisão da Constituição Política da República Portuguesa. As Colónias passam a denominar-se Províncias Ultramarinas.</p>	
195 06 20 1					<p>Portugal não é contemplado nas estimativas de distribuição das verbas Marshall para o quarto e último exercício Marshall.</p>
195 06 25 1					<p>A Comissão Técnica de Cooperação Económica passa a denominar-se Comissão Técnica de Cooperação Económica Externa (decreto-lei nº38316).</p>
195 06 30 1					<p>É publicada a notícia relativa à atribuição de 43 mil contos para o estudo dos recursos da bacia hidrográfica do Douro e o reconhecimento geológico-mineiro de Angola e Moçambique no âmbito do programa de assistência técnica do Plano Marshall.</p>
195 07 1					<p>"The ARMCO International Corporation" apresenta um "Relatório acerca da fábrica e do fabrico de folha de Flandres, para a Companhia Portuguesa de Siderurgia" destinado a apoiar a candidatura que a Companhia</p>

					Portuguesa de Siderurgia, tendo-lhe sido recusado o apoio financeiro do Estado, decidira apresentar ao financiamento Marshall.
195 07 04 1					James Minotto, chefe da Missão Especial da ECA em Portugal, anuncia a concessão de um empréstimo de 663 000 dólares para auxiliar a construção dum matadouro moderno e frigorífico para as carnes de Angola. O empréstimo representa cerca de um quarto do custo total da obra.
195 07 22 1				Craveiro Lopes é eleito Presidente da República.	
195 08 01 1					Em Whashington, o administrador da ECA, William Foster, anuncia que Portugal e a Suécia passaram a fazer parte das nações europeias que se tornaram independentes ao auxílio directo do plano Marshall. Acrescenta, contudo, que os dólares da ECA continuarão ao dispor de Portugal para os seus territórios ultramarinos, inclusivamente para o desenvolvimento dos seus recursos naturais e para fornecimento de materiais estratégicos para a defesa da Europa Ocidental.
195 09 06 1				O ministro dos Negócios Estrangeiros, Paulo Cunha, e o embaixador dos Estados Unidos assinam um novo acordo que concede facilidades ao Governo norte-americano para as suas forças militares nos Açores.	
195 10 10 1			Aprovação pelo Presidente dos EUA da Lei de Segurança Mútua.		



			Fim do Plano Marshall. A ECA é substituída pela MSA.		
195 1	11	05		Em conferência de imprensa, o ministro da economia declara que "Um plano de fomento através do qual se dará sequência à obra de restauração nacional que a lei de reconstituição económica levou a efeito, vai ser em breve publicado."	
195 1	12	12	Paul Henry Spaak, presidente da Assembleia Consultiva do Conselho da Europa, anuncia a renúncia ao cargo que ocupava há mais de dois anos.		
195 2	01	24	Sessão da Administração da UEP. O primeiro assunto na agenda é a posição de Portugal que, como a Bélgica, era persistente credor e cujas facilidades adicionais estavam esgotadas.		Portugal excede o limite máximo da quota aumentada na UEP. Em finais de Dezembro tinha acumulado um saldo credor com os países da UEP de 96,5 milhões de unidades (equivalente a \$96,5 milhões).
195 2	02	01			Portugal concorda em garantir créditos adicionais à UEP para liquidar os saldos futuros. O pacto tem agora de ser ratificado pela Organização de Cooperação Económica Europeia. Fixa a liquidação de \$30 milhões de saldos dividindo-se em três prestações de \$10 milhões. O primeiro será liquidado metade em ouro e metade em empréstimos portugueses, o segundo na extensão de 40 por cento em ouro, e 60 por cento em empréstimos, e o terceiro na extensão de 30 por cento em ouro e 70 por cento em empréstimos.
195 2	02	20		Realiza-se, em Lisboa, o Conselho do Pacto do Atlântico.	

				Dias mais tarde, a 4 de Março, o Presidente da Assembleia Nacional, Albino Soares Pinto dos Reis Júnior, refere-se à reunião em Lisboa do Conselho do Pacto do Atlântico.	
195 2	03	11		São promulgadas as novas bases do Condicionamento das Indústrias (Lei n.º 2052).	
195 2	04	24		É criada, na dependência do Ministério dos Negócios Estrangeiros a Delegação Portuguesa junto da organização da OTAN (DELNATO) (decreto-Lei n.º 38 728).	
195 2	05	22	Conselho da Europa volta a reunir em Estrasburgo para discutir o plano britânico que liga o Conselho da Europa com o exército e o Plano Schuman.		
195 2	05	27	Assinatura, em Paris, do Tratado instituindo a Comunidade Europeia de Defesa - CED pela França, a Alemanha, a Itália, a Holanda, a Bélgica e o Luxemburgo.		
195 2	06	30	Fim oficial do Plano Marshall. Os quinze membros da OECE decidem continuar a sua actividade em Paris. Termo do período estipulado para o funcionamento da UEP. Não obstante, os países signatários chegaram a um acordo que alarga o período de funcionamento daquela instituição por mais um ano.		
195 2	07	23	O Tratado da CECA entra em vigor. A Alta Autoridade da CECA, primeira assembleia europeia supranacional, é presidida por Jean Monnet. Para além da Alta Autoridade, a CECA tem como instituições o Conselho Especial de Ministros, a		

			Assembleia Comum e o Tribunal de Justiça. Tem ainda um Comité consultivo, que apoia a Alta Autoridade.		
195 2	09	10	Sessão constitutiva da Assembleia comum da CECA em Estrasburgo e criação de uma assembleia 'ad hoc' compreendendo os membros da Assembleia da CECA encarregada de estabelecer um projecto de Comunidade Política Europeia.		
195 2	12	19		No Parlamento, o deputado Pinto Barriga apresenta um Aviso Prévio relativo aos problemas de nacionalização de capitais empresários de origem estrangeira.	
195 2	12	29		A Lei n.º 2058 aprova as bases que constituem o I Plano de Fomento. As prioridades vão para o desenvolvimento de infra-estruturas: electricidade, transportes e comunicações. O mesmo diploma cria o Conselho Económico, a quem são atribuídas funções de direcção e execução do Plano de Fomento.	
195 3	01	18	A Administração de Segurança Mútua surge como sucessora da ECA. Os seus objectivos serão "trabalhar na Europa no sentido de conseguir uma economia dinâmica e expansiva capaz de realizar os objectivos do rearmamento".		
195 3	01	20	Eisenhower toma posse como novo presidente dos EUA.		
195 3	02	12	Iniciam-se em Londres, as conversações franco-britânicas, sobre o Exército Europeu, a política monetária, e questões comerciais envolvendo as esferas respectivamente nacionais e europeias.		
195	02	14	Projecto Beyen (Holanda) de		

3			constituir uma união aduaneira e um mercado comum entre os Seis (Alemanha, França, Itália, Bélgica, Luxemburgo e Holanda).		
1953	02	25	Findam em Roma os trabalhos da conferência dos "seis" dedicada ao debate do Tratado da CED. Adenauer aceita os textos adicionais sugeridos por parte da França.		
1953	03	06	Morte de Estaline; sucede-lhe Malenkov.		
1953	03	06			Circular enviada às embaixadas e delegações de Portugal, definindo a posição a seguir em matéria europeia.
1953	03	08			50º tanque Patton chega a Portugal no âmbito do Programa de Assistência Mútua
1953	03	10	Adopção pela Assembleia 'ad hoc' de um projecto de Comunidade Política Europeia destinado a completar a CED. O projecto não foi tomado em consideração pelos governos.		
1953	03	19	A OECE decide estabelecer uma Agência Europeia de Produtividade.		Portugal adere.
1953	03	21			O Ministro da Presidência, Costa Leite (Lumbrales), e o subsecretário de Estado do Tesouro, António Pinto Barbosa seguem para Paris onde vão tomar parte da Conferência da UEP.
1953	05	28		Acto inaugural do ciclo de conferências ministeriais e da Exposição do Plano de Fomento. O discurso inaugural é proferido pelo Presidente do Conselho.	
1953	06	02	"Nascimento" da Eurovisão, quando Grã-Bretana, Holanda, Bélgica, RFA, e França transmitiram em directo a cerimónia de coroação da		

			Rainha Isabel II de Inglaterra.		
1953	07	27	Assinatura do armistício na Coreia em Pan Mun Jom.		
1953	09	11		Relatório anual do FMI indica que "Portugal tem cumprido as suas obrigações acerca da liberalização do comércio".	
1953	11	28		O ministro da Economia reúne-se com os representantes da Imprensa, analisando a conjuntura económica internacional e os seus reflexos na situação económica interna.	
1954	03	29		Criação da Junta de Energia Nuclear e da Comissão de Estudos de Energia Nuclear. Presidência pelo engenheiro José Frederico Ulrich.	
1954	05	05	Os ministros das Finanças dos 18 países membros da UEP dispõem-se a estabelecer nova forma de pagamentos dentro da UEP.		
1954	05	22		A União Indiana invade os territórios de Dadrá e Nagar-Aveli.	
1954	06	30		O jornal O Século, noticia que o aproveitamento das águas do rio Douro, no troço nacional e internacional, foi outorgada à Hidroeléctrica do Douro.	
1954	07	27	É assinado o acordo entre a Grã-Bratânia e o Egípto, relativo à questão do Canal do Suez.		
1954	07	30		É criada, em Leopoldville, a União das Populações do Norte de Angola (futura UPA), liderada por Holden Roberto.	
1954	08	26		As forças enviadas para reforço da guarnição na Índia Portuguesa desembarcam do navio Moçamedes, no porto de Mormugão.	
1954	08	30	30 e 31 de Agosto. Debate na Assembleia Nacional francesa sobre a CED sob o governo de Mendès France. A assembleia		

			rejeita o Tratado sobre a Comunidade de Defesa Europeia, recusando a sua ratificação. O texto já tinha sido ratificado pelos outros cinco parceiros. Num universo de 583 votantes, a Assembleia nacional francesa aprova a "questão prévia" do tratado da CED, por 319 votos favoráveis, e 264 contra, o que vem, efectivamente a liquidar o tratado.		
1954	09	29	29 de Setembro a 3 de Outubro. Conferência dos Nove em Londres (os Seis europeus, os Estados Unidos, o Canadá e o Reino Unido). Prevê a adesão da Itália e da Alemanha ao Pacto de Bruxelas, o acesso da Alemanha a NATO e a europeização do Sarre. A União Ocidental criada em 1948 é alargada à Alemanha e à Itália e transformada em União da Europa Ocidental (UEO).		
1954	10	23	Assinatura dos acordos de Paris, restabelecendo a soberania da R.F.A. e admitindo-a no seio da NATO.		
1954	11	30		O presidente do Conselho profere um discurso na AN, onde se reporta à questão de Goa e das relações com a União Indiana.	
1954	12	17		É criado o Movimento para a Independência da Guiné e Cabo Verde (MINGC), que daria lugar, em 1956, ao PAIGC.	
1954	12	21	Assinatura, em Londres, do acordo de associação entre o Reino Unido e a CECA.		

## 1955-1959

Ano	Mês	Dia	Internacional	Portugal_Contexto_texto	Portugal_Cooperação
1955	03	06			O subsecretário de Estado da Agricultura, Vitória Pires, toma parte, na sua qualidade de presidente da delegação portuguesa, na Reunião ao nível ministerial da Conferência Europeia para a Agricultura e Alimentação, recentemente integrada na OECE.
1955	03	25		São assinados entre o Governo português e a FAO quatro projectos destinados ao desenvolvimento de diversas campanhas de intensificação de culturas agrícolas.	
1955	05	09		9 a 16 de Maio. Reunião da FAO em Lisboa, que reunirá setenta delegados estrangeiros, no seu quarto grupo de trabalho, para debater o tema das forragens e pastagens na área mediterrânica.	
1955	05	14	Assinatura do Pacto de Varsóvia.		
1955	05	30		Remodelação ministerial. Marcelo Caetano regressa ao Gabinete.	
1955	06	01	1 a 3 de Junho. Conferência de Messina. Os Seis adoptam uma resolução a respeito do novo impulso a dar à Europa; decidem estabelecer uma União Aduaneira e um Mercado Comum. Os ministros encarregam uma comissão intergovernamental, dirigida por Paul-Henry Spaak, de redigir um relatório relativo às possibilidades de realizar uma união económica global e uma união no sector nuclear.		
1955	06	15		Washington. O embaixador de Portugal em Washington, Luis Esteves Fernandes, e o	

				subsecretário de Estado Adjunto para os negócios europeus, Burke Elbrick, rubricam um acordo entre os dois países, tendo em vista a utilização pacífica da energia atómica. O almirante Lewis Strauss, presidente da Comissão da Energia Atómica, rubricou também o tratado em nome dos Estados Unidos.	
1955	07	20	Primeira reunião do Comité Spaak, a Comissão Intergovernamental criada pela conferência de Messina.		
1955	07	30		28 a 31 de Julho. Paul Henri Spaak visita Lisboa. Assinatura, no Palácio da Necessidades, de um acordo cultural entre Portugal e a Bélgica.	
1955	08	05	É assinado em Paris o Acordo Monetário Europeu que começou a funcionar em 1958 substituindo a UEP. O AME constituiu o quadro jurídico de convertibilidade externa das moedas europeias até à sua substituição pelos Acordos de Abril de 1972.		Portugal adere ao AME, publicando a título provisório as suas disposições, mais tarde ratificadas.
1955	08	08	8 a 20 de Agosto. Reúne em Genebra a Conferência Internacional da Energia Nuclear para discutir as aplicações pacíficas da energia atómica.	Portugal participa na Conferência Internacional de Energia Nuclear reunida em Genebra.	
1955	08	15		Invasão de Goa, Damão e Diu por parte de tropas de União Indiana.	
1955	09	23	Entrada em vigor do acordo de associação entre o Reino Unido e a CECA.		
1955	10	07		É divulgado em Nova Iorque que o projecto do estatuto da Agência Internacional Atómica comportará a formação de um conselho de governadores em que estarão representados	



				dezasseis países, entre os quais Portugal.	
1955	10	13	Criação da Comissão de Acção para os Estados Unidos da Europa por Jean Monnet, que recentemente se demitira de presidente da Alta Autoridade da CECA.		
1955	12	14		Portugal é admitido nas Nações Unidas. Luis Esteves Fernandes é nomeado, dois dias mais tarde, representante português na ONU.	
1956	01	19			Discurso de Oliveira Salazar na sede da União Nacional.
1956	02	11	11 e 12 de Fevereiro. Os Seis organizam uma conferência em Bruxelas sobre os planos do Mercado Comum.		
1956	02	17		Sessão inaugural da Conferência internacional promovida pela FAO que reuniu em Lisboa uma série de especialistas para debater o tema da "Utilização da Terra". Durante a conferência é apresentado e discutido o Plano de Fomento Agrário Português.	
1956	02	26			Marcelo Caetano, ministro da Presidência, parte para Paris, para representar Portugal na reunião do Conselho de Ministros da OECE.
1956	02	27		Portugal participa em Washington, nas conversações para estabelecer uma Agência Atómica Internacional.	
1956	05	03		O embaixador dos Estados Unidos da América em Portugal, James C. H. Bonbright, entrega à Junta de Energia Nuclear, uma biblioteca especializada, preparada e escolhida pela	

				Comissão de Energia Atômica Americana, de acordo com o plano "Átomos para a Paz" proposto pelo presidente Eisenhower.	
195 6	05	29	29 e 30. Conferência de Veneza. Adopção do relatório Spaak, relatório apresentado pela Comissão Intergovernamental como base para a elaboração do Tratado. Os ministros decidem avançar com negociações relativas à criação de um mercado comum e de uma organização europeia de energia atômica.		
195 6	06	26	Conferência de Bruxelas. Início das negociações dos tratados do mercado comum e do Euratom na sequência da aprovação do relatório Spaak na conferência de Veneza.		
195 6	07	17	17 a 19 de Julho. A Grã-Bretanha apresenta uma proposta na OECE para a criação de uma Zona de Comércio Livre. O Conselho da OECE decide criar um grupo de trabalho para estudar a viabilidade da proposta britânica (Grupo de Trabalho N.º 17).	Primeira sessão da OECE em Paris, na qual Marcelo Caetano assumiu a presidência da representação portuguesa.	
195 6	07	18		Publicação do decreto-lei que institui a criação da Fundação Calouste Gulbenkian, e respectivos estatutos.	
195 6	07	26	O presidente Nasser declara a nacionalização da companhia do Suez.		
195 6	08	16	16 a 23 de Agosto. Conferência de Londres, convocada em face da decisão do presidente Nasser nacionalizar a companhia do Suez. Foster Dulles apresenta um plano, apoiado por Portugal, que prevê: 1º liberdade de	Portugal participa na Conferência sobre o Canal de Suez, o MNE, Paulo Cunha, presidiu a delegação.	

			trânsito, 2º independência de funcionamento do canal de toda a política nacional, 3º garantia de lucros equitativos para o Egipto, 4º indemnização da Companhia Universal do Canal, ficando o seu funcionamento e gestão subordinados a um conselho internacional, em ligação com as Nações Unidas. O Plano Ocidental para o Suez, apresentado por Foster Dulles na Conferência de Londres é aprovado por 17 dos 22 países reunidos.		
1956	09	04		A Radio Televisão Portuguesa inicia, na Feira Popular, emissões de TV de pequeno raio de acção.	
1956	09	12	A França e a Inglaterra apresentam o caso do Suez na ONU, declarando que constitui uma clara ameaça à paz.		
1956	09	19		É fundado o PAIGC, presidido por Amílcar Cabral.	
1956	09	20	Tem início em Nova Iorque a Conferência Internacional de Energia Atómica, que conta com a presença de 87 países, entre os quais Portugal.		
1956	10	03	O Reino Unido que recusou participar nas negociações (Spaak) propõe a criação de uma zona de comércio livre.		
1956	10	14	A URSS veta na ONU as deliberações franco-britânicas acerca da internacionalização do Suez.		
1956	10	19		O Conselho de Ministros para o Comércio Externo decide constituir uma Comissão Interministerial com o objectivo de analisar a posição portuguesa face à proposta de criação de uma zona de comércio livre.	
1956	10	30	Os governos da Grã-Bretanha e		

6			da França enunciam ultimatos ao Egipto e Israel, intimando-os a suspender todas as hostilidades terrestres, marítimas e aéreas e retirar as suas forças militares para uma distância, de pelo menos, 15 quilómetros do Canal do Suez.		
1956	11	05	As tropas franco-britânicas desencadeiam o primeiro ataque sobre a zona do canal do Suez.		
1956	11	06	O secretário-geral da ONU anuncia que a Inglaterra e a França, declaram o estabelecimento do cessar-fogo, em face da aceitação de cessação de hostilidades feita por Egipto e Israel.		
1956	11	26	Macmillan apresenta o plano britânico dum zona de trocas livres.	Portugal apresenta a sua primeira declaração no Grupo de Trabalho nº 17 na qual afirma ser um país em vias de desenvolvimento.	
1956	12	04		Reunião do Conselho de Ministros para o Comércio Externo. É apreciada a posição portuguesa perante os trabalhos em curso na OECE para a formação de uma zona europeia de comércio livre. O CMCE nomeia os nomes que passam a constituir a Comissão Interministerial a que Correia de Oliveira fica a presidir.	
1956	12	10		Constitui-se o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), presidido por Agostinho Neto.	
1956	12	12		Paulo Cunha solicita ao embaixador britânico que transmita a Londres que o Governo português conta com o seu apoio para a salvaguarda dos interesses portugueses nas negociações para a zona de comércio livre.	

195 6	12	17			O deputado Carlos Mantero refere-se ao Mercado Único a propósito da discussão da Lei de Meios na Assembleia Nacional.
195 7	01	22	O relatório final do Grupo de Trabalho nº 17 defende a viabilidade da criação de uma zona de comércio livre.	O embaixador britânico em Lisboa entrega no MNE um memorando do seu Governo esclarecendo os termos das negociações relativas à constituição da zona de comércio livre.	
195 7	01	28			Relatório da Comissão Encarregada do Estudo dos Problemas relativos à Criação e Funcionamento da Zona de Comércio Livre (no âmbito da OECE), cujas conclusões apontam no sentido de desaconselhar que Portugal fique de fora dos dois blocos económicos europeus, sugere uma associação ao Mercado Comum e defende a indispensabilidade de condições especiais relativamente à participação do País na zona de comércio livre. O assunto é debatido no dia seguinte em Conselho de Ministros para o Comércio Externo.
195 7	02	12	12 e 13 de Fevereiro. Os membros da OECE iniciam negociações relativas à criação de uma zona europeia de comércio livre e constituindo para o efeito uma comissão de ministros sob a presidência do ministro do Comércio britânico, Reginald Maudling.		
195 7	02	16		16 a 20. A Rainha Isabel II visita oficialmente Portugal. Paulo Cunha e Selwyn Lloyd conversam sobre as negociações da Zona de Livre Câmbio.	
195	03	07		A Radiotelevisão Portuguesa	

7				inicia as emissões regulares de televisão em Portugal.	
195 7	03	08	O Conselho da OECE decide avançar na constituição da zona de comércio livre constituindo três grupos de trabalho (Grupo de Trabalho nº 21, 22 e 23).		
195 7	03	25	Assinatura, em Roma, do tratado que institui a CEE e a EURATOM, pelos representantes da França, Alemanha, Itália e Estados da Benelux.		
195 7	05	07			Paulo Cunha consulta o ministro francês dos Negócios Estrangeiros, Christian Pineau, sobre uma eventual associação de Portugal ao Mercado Comum. Pineau aconselha os representantes portugueses a colocarem o assunto no Comité Interino de Bruxelas.
195 7	05	15			É solicitada ao Governo português uma reacção ao memorando que expõe a decisão britânica relativamente à exclusão das colónias da zona de comércio livre.
195 7	06	14			Memorando português, assinado por Rui Teixeira Guerra, dirigido ao Governo britânico em resposta ao documento de 15 de Maio.
195 7	10	17	16 e 17 de Outubro. O Conselho da OECE declara a sua determinação em estabelecer uma zona de comércio livre abrangendo todos os membros, para entrar em vigor em paralelo com a CEE. É decidido constituir um comité intergovernamental representado por todos os membros da OECE para prosseguir as negociações: Comité Maudling.		

195 7	11	14	14 a 16 de Novembro. Primeira reunião do Comité Maudling. Discussão da alínea sobre derrogações especiais para a redução de tarifas relativas a Portugal. É constituído um grupo de peritos para analisar o caso português e suas reivindicações: o Grupo Melander.		
195 7	12	12			O deputado Mário de Oliveira refere-se ao Tratado de Roma e à integração económica europeia na Assembleia Nacional: "Portugal, não podendo esquecer a sua condição europeia, não pode também deixar de reconhecer que os seus interesses vivem para além do domínio continental".
195 7	12	20	No final do Conselho da OECE realizado em Paris é anunciada a criação de uma "Agência Europeia para a Energia Nuclear" dependente daquele organismo. O acordo foi assinado por 16 países. Por outro lado, 12 países membros da OECE constituíram a primeira empresa industrial comum, a "Eurochimic", que se encarregará da exploração de uma fábrica de produção de plutónio, a funcionar na Bélgica.		
195 8	01	01	Entrada em vigor dos Tratados de Roma, instituindo a CEE e o EURATOM. Cada Comunidade tem um Conselho e uma Comissão. A Assembleia e o Tribunal de Justiça são comuns às três Comunidades. Quanto aos órgãos consultivos, o Comité Económico e Social é comum às duas novas comunidades; a		

			CECA mantém o seu próprio Comité Consultivo. As decisões são tomadas pelo Conselho a partir de propostas da Comissão.		
195 8	02				Primeiro encontro do Grupo Melander (constituído por Melander, G. Bauer e J. E. Cahan) e elaboração de um questionário enviado ao governo português.
195 8	02	17	Quarta reunião da Comissão Intergovernamental da OECE encarregada das negociações acerca da zona de comércio livre desde a sua fundação em Outubro de 1957.		
195 8	03		O Comité Maudling suspende as negociações.		
195 8	03	19	19 a 21 de Março. Primeira sessão do Parlamento Europeu, Robert Schuman é eleito presidente. Extinge-se a antecessora Assembleia que reunia também em Estrasburgo.		
195 8	04	19		Humberto Delgado apresenta-se como candidato às eleições presidenciais.	
195 8	04	25			Cerimónia de comemoração do décimo aniversário da criação da OECE: Rui Teixeira Guerra, é o convidado da representação portuguesa.
195 8	05				Resposta portuguesa ao questionário elaborado pelo Grupo Melander.
195 8	06		Conversações em Paris sobre a zona de comércio livre. O Reino Unido dá a entender que o fracasso das negociações significaria uma guerra comercial por parte dos Seis e que essa situação obrigaria a Inglaterra a procurar novos parceiros, podendo também significar o fim da NATO.		
195	06	08		Américo Tomás é eleito	



8				Presidente da República.	
195 8	06	09		Humberto Delgado convoca uma conferência de imprensa com a finalidade de denunciar as irregularidades que envolveram o acto eleitoral.	
195 8	06	12		Desencadeia-se um surto grevista. Inicialmente em Lisboa e na Margem Sul, estendendo-se depois ao Ribatejo, Alentejo e Algarve, sucedem-se várias paralisações de trabalho acompanhadas de manifestações de repúdio pela manipulação das eleições para a Assembleia Nacional.	
195 8	08	14		Remodelação ministerial. Pedro Teotónio Pereira é o novo ministro da Presidência; Marcelo Matias, ministro dos Negócios Estrangeiros, Pinto Barbosa, das Finanças, Ferreira Dias, da Economia.	
195 8	11	06			Conclusão do Relatório Melander.
195 8	11	14	13 e 14. Reunião do Comité Maudling. Interrupção das negociações sobre a zona de comércio livre de todos os membros da OECE. O governo francês declara a impossibilidade de realizar uma zona europeia de comércio livre (entre os Seis e os outros membros da OECE) sem uma tarifa aduaneira comum e na ausência de harmonização em matéria económica e social.		
195 8	11	20	Os Sete (Inglaterra, Dinamarca, Noruega, Suécia, Áustria, Suíça e Portugal) preparam em Estocolmo a constituição de uma Zona Europeia de Comércio Livre (EFTA).		
195	11	23			Memorando português,

8					assinado por Rui Teixeira Guerra, dirigido aos Seis, mostrando a preocupação do Governo relativamente à suspensão das negociações e solicitando a extensão aos restantes Países da OECE das medidas previstas pela CEE para 1 de Janeiro de 1959.
1958	12	01	1 e 2. Reunião em Genebra entre representantes do Reino Unido, Suíça, Suécia, Noruega, Áustria Dinamarca e Portugal. Os Sete declaram a sua intenção em prosseguir os esforços para o estabelecimento de uma associação multilateral OECE/CEE.		
1958	12	15	Reuniões do Conselho da NATO, da OECE, do Conselho da Europa e da União da Europa Ocidental em Paris. A oposição Grã Bretanha - França sobre a Zona de Comércio Livre torna-se irreversível. Fracasso do projecto da grande zona de comércio livre.		
1958	12	27	Extinção da UEP e entrada em vigor do Acordo Monetario Europeu (AME). Bélgica, França, Alemanha, Italia, Holanda e Reino Unido anunciam a convertibilidade externa das suas moedas.		
1959	01	01	Primeira redução de direitos dentro da CEE em 10%. Início da supressão progressiva dos direitos aduaneiros e das quotas de importação.		
1959	01	06			O presidente do Banco de Portugal, Rafael Duque, profere uma palestra subordinada ao tema o "Acordo Monetário Europeu", perante os microfones da Emissora Nacional.

195 9	01	07		Portugal anuncia a convertibilidade externa do escudo, embora limitada a não residentes e a transferências correntes. Embora o escudo possa ser trocado por qualquer divisa nos pagamentos internacionais, não é considerado moeda convertível continuando o País a poder aplicar restrições nos pagamentos correntes sem prévia consulta ao FMI.	
195 9	02	14	;	Inauguração da exposição "Ao Serviço da Exportação" na FIL.	
195 9	03	11		Revolta da Sé, conspiração revolucionária militar e civil realizada na noite de 11 para 12 e que a PIDE consegue desmantelar.	
195 9	03	17	17 e 18 de Março. Reunião dos delegados do Sete. Os delegados foram unânimes quanto à impossibilidade de aceitarem o memorando elaborado pelo presidente da Comissão do Mercado Comum ("Relatório Hallstein" acerca das perspectivas de reatamento das negociações sobre a associação económica europeia entre o Mercado Comum e os restantes países da OECE) e quanto à ideia de estreitamento dos laços comerciais entre os sete países representados: Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Reino Unido, Suécia e Suíça.		A delegação portuguesa propõe que as recomendações do Relatório Melander sejam levadas em consideração e aceites.
195 9	06	08	A Grécia apresenta um pedido de associação à CEE.		
195 9	06	13	Durante uma reunião tida em Saltsjobaden, perto de Estocolmo, representantes governamentais e peritos dos Sete (Áustria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Reino		

			Unido, Suécia e Suíça) decidem propor aos governos respectivos, a criação duma Associação de Comércio Livre.		
1959	07	01	Novo abaixamento de 10% nas taxas aduaneiras referentas às trocas efectuadas entre os "Seis". Os países da OECE, excluindo os do acordo de Roma, marcam para o mesmo dia, a entrada em vigor de um corte de 20% nas suas respectivas tarifas aduaneiras.		
1959	07	20	A Espanha torna-se membro de pleno direito da OECE.		
1959	07	21	21 e 22 de Julho. Reunião de representantes dos Sete (Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca, Noruega, Suíça, Áustria e Portugal) em Estocolmo, que chegam a acordo quanto à criação de uma zona de comércio livre entre si, dada a suspensão 'sine die' das negociações com os países membros da CEE. Terminada a Conferência, o secretário de Estado do Comércio de Portugal, Correia de Oliveira, declara à Imprensa: "Tudo acabou bem. A conferência decorreu num ambiente de confiança e com vontade geral de facilitar a solução dos problemas. O objectivo de toda a negociação que agora terminou foi definir posições que, pela sua maleabilidade, permitirão a cada país achar soluções aceitáveis".		
1959	07	30		Apresentação da candidatura portuguesa ao FMI e ao BIRD.	
1959	09	28	Washington. 28 de Setembro a 2 de Outubro. Reunião anual do BIRD, durante a qual é discutida a criação da projectada Associação	Reunião anual do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial de Fomento e Reconstrução a que Cabral Pessoa, da embaixada de	

			Internacional de Desenvolvimento.	Portugal, assistiu como observador. No discurso de encerramento o secretário de Tesouro dos Estados Unidos, Robert Anderson, saudou o ingresso de Portugal naquelas duas organizações internacionais, sublinhando que, com esta admissão, o número total de membros se eleva a 70: "Desejo endereçar aqui as boas-vindas do Governo de Portugal, que já estará representado nas próximas reuniões."	
1959	11	19	19 e 20 de Novembro. Reunião, em Estocolmo, que aprova a Convenção que constitui a EFTA/ AECL - Associação Europeia de Comércio Livre entre sete países europeus: Áustria, Dinamarca, Inglaterra, Suécia, Noruega, Portugal e Suíça. Entrará em vigor em 15 de Abril de 1960.		José Gonçalo Correia de Oliveira representa do Governo português na reunião de Estocolmo.
1959	11	30	Publicação, em Londres, na forma de "Livro Branco" do texto integral da convenção de Estocolmo. O extenso documento expõe em pormenor as condições do acordo rubricado na capital da Suécia, para instituir uma zona de comércio livre entre os sete países signatários.		Circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros às embaixadas de Portugal sobre a criação da EFTA.
1959	12	30			Em cerimónia realizada em Lisboa, Portugal formaliza a sua adesão ao Tratado que institui a EFTA/AECL.